



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA - PROCESSO 1335/2025

1 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alíneas “a” da Lei nº 14.133/21)

DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente contratação é a seleção da proposta mais vantajosa para aquisição de **material de expediente** em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2 - Os bens que se pretendem adquirir, conforme art. 6º, inciso XIII da Lei Nº 14.133 de 01/04/2021 e Decreto Municipal nº 3.335/2023, são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto e às descritas no Portal de Compras do Governo prevalecerão às especificações constantes neste Termo de Referência.

1.4 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 28 da Lei Municipal nº 2384/2023 e art. 86 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

1.5 - Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anuais para o ano de 2026.

DA DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES, PREÇO UNITÁRIO E TOTAL MÁXIMO ESTIMADOS – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

1.6 - Os itens e as quantidades da presente contratação decorrem de Estudo Técnico Preliminar e devem atender as seguintes especificações abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATMAT	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
L O T E Ú N I C O	1	ADESIVO COLA INSTANTÂNEA MULTIUSO: à base de cianoacrilato, peso mínimo 20g. Que possua viscosidade média, secura rápida em média de 10 a 15 segundos, que possa ser usado em diversos materiais. A embalagem externa deve apresentar impressos os dados de identificação do fabricante, número do lote, datas de fabricação e de validade.	UNID.	620803	2	R\$ 10,15	R\$ 20,30
	2	BLOCO DE RECADOS: material - papel, cor variada, largura 76 mm, comprimento 76 mm. Quantidade: 500 folhas.	BLOCO	407562	24	R\$ 14,05	R\$ 337,20
	3	BOBINA DE PAPEL SEDA: para calculadora 57mmx30m.	UNID.	363968	24	R\$ 3,72	R\$ 89,28
	4	BORRACHA APAGADORA: na cor branca medida mínima de 42x21x11mm, a base de PVC, protegida por cinta plástica.	UNID.	428584	6	R\$ 3,37	R\$ 20,22
	5	BORRACHA APAGADORA: na cor branca medida mínima de 42x21x11mm, a base de PVC.	UNID.	428584 (SIMILAR)	6	R\$ 0,99	R\$ 5,94



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

LOTE ÚNICO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATMAT	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	6	CAIXA PLÁSTICA TIPO BOX: para arquivo morto, em polionda, na cor amarela, tamanho 36x13x25cm.	UNID.	610421 (SIMILAR)	60	R\$ 5,54	R\$ 332,40
	7	CANETA DESTACA TEXTO EM GEL: na cor <u>amarela</u> superfluorescente, não recarregável - corpo composto resinas termoplásticas, ponta chanfrada de 05 mm.	UNID.	474361 (SIMILAR)	7	R\$ 4,82	R\$ 33,74
	8	CANETA DESTACA TEXTO EM GEL - na cor <u>rosa</u> superfluorescente, não recarregável - corpo composto resinas termoplásticas, ponta chanfrada de 05 mm.	UNID.	474361 (SIMILAR)	6	R\$ 4,82	R\$ 28,92
	9	CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL: corpo em forma hexagonal de poliestireno cristal transparente - resistente à queda - furo para entrada de ar no corpo - ponta com bola de tungstênio de 1,00mm de liga de latão, tampa removível com clip, ventilada, na mesma cor da tinta - aprovação - tipo eco com teste de escrita de 400m - medidas: aproximadas: 145 mm(sem protetor) x 8, 1 mm diâmetro - peso 6,6g - tinta composta por resinas, solventes corante - carga aproximada de 0,33g - tubo interno de silicone.	UNID.	615588	100	R\$ 1,29	R\$ 129,00
	10	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO: na cor <u>preta</u> em polipropileno. Tamanho 210 x 297 mm.	UNID.	400545	50	R\$ 1,07	R\$ 53,50
	11	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO: na cor <u>cristal</u> em polipropileno Tamanho 210 x 297 mm	UNID.	464924	50	R\$ 1,07	R\$ 53,50
	12	CHAVEIRO DE PLÁSTICO: COM IDENTIFICADOR.	UNID.	396099	7	R\$ 1,05	R\$ 7,35
	13	CLIPS METÁLICOS Nº 2/0: caixa com 100 unidades.	CAIXA	463460	12	R\$ 3,68	R\$ 44,16
	14	CLIPS METÁLICOS Nº 1/0: caixa com 100 unidades.	CAIXA	483430	12	R\$ 2,16	R\$ 25,92
	15	CLIPS METÁLICOS Nº 3/0: caixa com 50 unidades.	CAIXA	483431	12	R\$ 2,47	R\$ 29,64
	16	CLIPS METÁLICOS Nº 4/0: caixa com 50 unidades.	CAIXA	367973	12	R\$ 2,67	R\$ 32,04
	17	CLIPS METÁLICOS Nº 6/0: caixa com 25 unidades.	CAIXA	483432	8	R\$ 3,14	R\$ 25,12
	18	COLA BASTÃO: 10g; branca; para uso escolar/escritório; a base de água, lavável; atóxica; acondicionada em tubo bastão.	UNID.	339517	6	R\$ 1,96	R\$ 11,76
	19	COLCHETE LATONADO Nº 15: caixa com 72 unidades.	CAIXA	278614	12	R\$ 11,68	R\$ 140,16
	20	COLCHETE LATONADO Nº 8: caixa com 72 unidades.	CAIXA	279430	50	R\$ 12,00	R\$ 600,00
	21	CORRETIVO A BASE D'ÁGUA: corretivo líquido, material: base d'água - secagem rápida, apresentação: frasco, volume: 18 ml A embalagem externa deve apresentar impressos os dados de identificação do fabricante, número do lote, datas de fabricação e de validade.	UNID.	314892	5	R\$ 4,00	R\$ 20,00
	22	ENVELOPE plástico A4: com furação universal.	UNID.	483885 (SIMILAR)	100	R\$ 0,41	R\$ 41,00
	23	ENVELOPE, TIPO SACO: papel apergaminhado <u>cor branca</u> , gramatura mínima 94g/m2, formato 229x324 mm (tamanho ofício).	UNID.	467061 (SIMILAR)	250	R\$ 0,44	R\$ 110,00



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

LOTE ÚNICO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATMAT	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	24	ENVELOPE, TIPO SACO: papel apergaminhado cor ouro , gramatura mínima 94g/m ² , formato 229x324 mm (tamanho ofício).	UNID.	467023	50	R\$ 0,44	R\$ 22,00
	25	ENVELOPE, TIPO SACO: papel apergaminhado cor parda , gramatura mínima 94g/m ² , formato 229x324 mm (tamanho ofício).	UNID.	459373	200	R\$ 0,51	R\$ 102,00
	26	ESPIRAL PLÁSTICO: para encadernamento, na cor preta , em PVC 12 mm comprimento 33 cm.	UNID.	452049	30	R\$ 0,35	R\$ 10,50
	27	ESPIRAL PLÁSTICO: para encadernamento, na cor preta , em PVC 17 mm, comprimento 33 cm.	UNID.	445492	30	R\$ 0,62	R\$ 18,60
	28	ESPIRAL PLÁSTICO: para encadernamento, na cor preta , em PVC 29 mm comprimento 33 cm.	UNID.	462870	30	R\$ 1,70	R\$ 51,00
	29	ETIQUETA ADESIVA: papel couchet, 100 mm x 80 mm x 01 coluna, compatível com a impressora térmica ZEBRA ZD 220 , rolo com aproximadamente 435 etiquetas.	ROLO	316905 (SIMILAR)	12	R\$ 28,60	R\$ 343,20
	30	EXTENSÃO ELÉTRICA: com 5 m de comprimento, 1 entrada tripolar e 4 saídas tripolar.	UNID	325713	4	R\$ 33,56	R\$ 134,24
	31	FILTRO DE LINHA: com 05 saídas - filtro linha, tensão alimentação 110/220, corrente máxima 10, quantidade saída 05 tomadas com 03 pinos tipo fêmea com aterramento, características adicionais: interruptor liga/desliga, aplicação equipamento informática/ elétrico, frequência 50/60 com tamanho de 1,5m.	UNID.	373879	5	R\$ 47,98	R\$ 239,90
	32	FITA ADESIVA: para empacotamento, transparente, medida de 45 mm X 50 m.	UNID.	324290	12	R\$ 5,38	R\$ 64,56
	33	FITA ADESIVA: transparente, medida de 12mm x 50 m.	UNID.	330860	6	R\$ 2,08	R\$ 12,48
	34	FITA CORRETIVA: 4.2mm x 12m composição da fita em pet reciclado.	UNID.	334257	12	R\$ 7,47	R\$ 89,64
	35	FITA DUPLA FACE: na medida de 19 mm x 5m, Massa de adesivo acrílico transparente de alta adesão e Liner protetor de polietileno, na cor verde.	UNID.	355222 (SIMILAR)	1	R\$ 40,13	R\$ 40,13
	36	GRAMPO: galvanizado para grampeador 26/6, caixa com 1000 unidades.	CAIXA	425226	30	R\$ 4,92	R\$ 147,60
	37	LÁPIS PRETO: corpo em grafite; na cor de acabamento verniz preto; no formato redondo; matéria da carga mina grafite; medindo no mínimo 16 cm; nome do fabricante gravado no lápis; devendo ser entregue apontado.	UNID.	428204	12	R\$ 0,74	R\$ 8,88
	38	LAPISEIRA: com espessura de grafite de 0.7 mm.	UNID.	200506	12	R\$ 5,63	R\$ 67,56
	39	LAPISEIRA: com espessura de grafite de 0.9 mm.	UNID.	200508	12	R\$ 6,84	R\$ 82,08
	40	MALETA ARQUIVO ORGANIZADORA: cor transparente, com tampa preta, empilhável, em polipropileno, suporte para pasta suspensa com 1 alça inteligente, 1 trava, espessura 1,37 mm, peso bruto: 1,05 kg, medida produto acabado: 460 x 210 x 270 mm, capacidade de 26 litros	UNID.	265833 (SIMILAR)	12	R\$ 62,24	R\$ 746,88



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

L O T E Ú N I C O	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CATMAT	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
	41	MARCADOR DE PAGINAS: no formato de seta (12 mm x 44 mm) tamanho da nota adesiva: 4,5 cm - Quantidade: 100 folhas de cada cor = 500 folhas – Cores variadas tipo: Laranja, Rosa, Amarelo, Verde e Azul.	PCTE.	426612	20	R\$ 9,00	R\$ 180,00
	42	PAPEL A4: branco, tamanho 210 x 297 mm gramatura 75g/m2 com 500 Folhas(Resma).	RESMA	471762	300	R\$ 32,98	R\$ 9.894,00
	43	PAPEL FOTOGRÁFICO: A4 150g/m2 tamanho 210 x 297 mm.	FLS.	461843 (SIMILAR)	300	R\$ 0,88	R\$ 264,00
	44	PAPEL LEMBRETE RECADO: com adesivo, 76 mm x 76 mm, bloco c/ 100 fls.	BLOCO	395896	24	R\$ 5,87	R\$ 140,88
	45	PAPEL A4 OPALINE tamanho 210 mm x 297 mm branco, gramatura de 180g/m².	FLS.	200399	250	R\$ 0,63	R\$ 157,50
	46	PASTA PLÁSTICA ESCOLAR: com elástico nas abas, tamanho ofício, na cor fumê.	UNID.	399136	24	R\$ 2,84	R\$ 68,16
	47	PASTA ARQUIVO: material papelão, tipo suspensa, largura 360 mm, altura 240 mm, na cor preta, características adicionais: 2 visor/haste plástica, espessura 3 mm.	UNID.	279365 (SIMILAR)	60	R\$ 4,50	R\$ 270,00
	48	PASTA ARQUIVO: material plástico, tipo suspensa, largura 360 mm, altura 240 mm, na cor preta, características adicionais: 2 visor/haste plástica, espessura 3 mm.	UNID.	356148	40	R\$ 4,74	R\$ 189,60
	49	PERFURADOR DE PAPEL: Material - Aço Tipo: Mesa, Capacidade Perfuração: Mínimo de 10 fls, Funcionamento: Manual, Características Adicionais: Base em PVC, Quantidade de Furos: 2	UNID.	291211	6	R\$ 17,45	R\$ 104,70
	50	PILHA: não recarregável alcalina AAA ("pilha palito") – Cartela com 02 unidades.	CART.	419860	48	R\$ 7,57	R\$ 363,36
	51	PILHA: não recarregável alcalina AA – Cartela com 02 unidades.	CART.	419859	180	R\$ 7,79	R\$ 1.402,20
	52	PRANCHETA: em chapa dura (hardboard – tipo duratex), tamanho ofício, com prendedor metálico, tamanho: 23 x 34 cm.	UNID.	315438	8	R\$ 8,28	R\$ 66,24
	53	RIBBON: Resina/resina preta, largura 110 mm comprimento 74m, compatível com a impressora térmica ZEBRA ZD 220 .	ROLO	432890	7	R\$ 22,44	R\$ 157,08
	54	ROLETE DE TINTA: compatível com a calculadora CASIO HR-150 RC , bicolor (preto e vermelho), cobertura total e alta qualidade.	UNID.	345518 (SIMILAR)	24	R\$ 14,49	R\$ 347,76
	55	UMEDECEDOR DE DEDOS: à base de gel, base plástica redonda com 12g de gel.	UNID.	386807 (SIMILAR)	24	R\$ 4,71	R\$ 113,04
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO R\$ 18.090,92							

DA INDICAÇÃO DAS MARCAS

1.7 - A indicação de marca, material ou modelo nos itens 29, 53 e 54 possui caráter meramente referencial e técnico, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar padrão mínimo de qualidade, compatibilidade e adequado desempenho, sem restringir a competitividade, sendo admitidos produtos equivalentes ou superiores.

DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS

1.8 - Não será exigida a apresentação de amostras do objeto, nos termos do Art. 41, inciso II, da Lei 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

DA VEDAÇÃO A MARCA OU PRODUTO

1.9 - Não há vedação a uma marca/produto específico, nos termos do Art. 41, inciso III, da Lei 14.133/2021.

DA JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESCOLHIDO

1.10 - Os quantitativos apurados foram determinados com base em um levantamento do uso dos materiais nas diversas atividades administrativas e legislativas realizadas pela Câmara, cada um com características e necessidades específicas. A análise criteriosa dessas atividades permitiu a definição de quantitativos compatíveis com as suas necessidades e a natureza da demanda, assegurando que a qualidade, apresentação e ambientação sejam adequadas para atender às expectativas dos servidores, vereadores e usuários da Câmara.

1.11 - A definição dos quantitativos também considerou a experiência acumulada em exercícios anteriores, o que forneceu uma base sólida para estimar a quantidade de materiais necessários. Esse processo de avaliação e planejamento visa garantir que todas as ações e eventos sejam realizados de maneira eficiente e profissional, evitando tanto a escassez quanto o desperdício de recursos.

1.12 - As especificações previstas serão consideradas como critérios mínimos a serem atendidos.

1.13 - A proposta apresentada pelas empresas terá validade de 90 (noventa) dias a contar da sua apresentação.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/21)
--

DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

2.2 - A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, na sua forma Eletrônica, com critério de julgamento por menor preço.

DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.3 - O interesse da Câmara na aquisição de materiais de consumo (tipo expediente) se justifica pela necessidade de assegurar a reposição do estoque do almoxarifado, visando resguardar o atendimento das atividades administrativas e legislativas essenciais, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas dos setores, Gabinete e Plenário da Câmara.

2.4 - A inexistência ou insuficiência desses produtos compromete a execução das rotinas internas, o atendimento ao público e a tramitação adequada de documentos, podendo gerar prejuízos à eficiência administrativa e à prestação dos serviços públicos. Dessa forma, a aquisição visa assegurar a reposição e a manutenção do estoque, evitando desabastecimentos e interrupções das atividades essenciais da Câmara.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” da Lei nº 14.133/21)
--



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

3.1 - A solução adotada consiste na aquisição de materiais de expediente, por meio de contratação em lote único, considerando a natureza comum dos itens, seu baixo valor unitário e a demanda em pequenas quantidades. Essa opção mostra-se mais vantajosa para a Câmara, pois simplifica a gestão contratual, reduz custos operacionais e administrativos, facilita o controle do recebimento e da conferência dos materiais, e assegura maior uniformidade, compatibilidade técnica e padronização dos itens fornecidos.

3.2 - Os materiais serão entregues de forma integral, de acordo com as especificações e quantidades definidas, possibilitando o adequado planejamento do estoque e o atendimento contínuo das demandas dos setores administrativos e legislativos.

3.3 - Após a entrega, os materiais passarão por conferência e recebimento pelo Almoxarifado, sendo armazenados e distribuídos conforme a demanda interna. O uso ocorrerá de forma gradual, de acordo com as necessidades das atividades da Câmara, garantindo a continuidade dos serviços públicos e o uso racional dos recursos. Ao final de sua vida útil, os materiais serão consumidos integralmente ou descartados de maneira ambientalmente adequada, quando aplicável, não havendo necessidade de manutenção ou suporte técnico, por se tratar de itens de consumo.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d” da Lei nº 14.133/21)

4.1 - A elaboração dos requisitos de contratação se fundamenta na necessidade de identificar as condições necessárias e suficientes para a escolha da solução mais adequada à satisfação das necessidades da Câmara, observados os mandamentos da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 - Esses requisitos devem contemplar critérios de sustentabilidade, respeitar as legislações e regulamentações específicas, além de atender a padrões mínimos de qualidade e desempenho. É imperativo incorporar práticas que minimizem os impactos ambientais adversos, promovam o uso eficiente de recursos e garantam a qualidade e a durabilidade dos materiais a serem adquiridos.

4.2 - Cabe a Contratada obedecer às normas de licitações e contratos, bem como à legislação específica, conforme levantamento de mercado e de acordo com a solução escolhida.

4.3 - A Contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo produto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

4.4 - Os itens deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes de acordo com a categoria a que pertence, podendo a unidade requisitante solicitar a qualquer tempo documentos, informações e ou demonstrações referentes ao objeto.

4.5 - A Contratada deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na aquisição de produtos em desacordo com as condições solicitadas pela Câmara.

4.6 - Os produtos deverão ser entregues mediante solicitação da Câmara e **sua entrega será única.**

Sustentabilidade

4.7 - A contratação priorizará materiais produzidos com insumos reciclados, recicláveis ou de origem sustentável, especialmente produtos de papel com certificação ambiental, considerando critérios de durabilidade e qualidade para reduzir reposições e a geração de resíduos. Sempre que possível, serão adotadas embalagens reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis, sendo vedada a utilização de trabalho escravo ou infantil.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

4.8 - Além dos critérios previstos na descrição do objeto, deverão ser observados os requisitos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, como referência para a adoção de práticas que promovam o uso racional dos recursos naturais e a redução de impactos ambientais.

4.9 - A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, assegurando o armazenamento, transporte e a destinação adequada dos resíduos, bem como a redução de impactos ambientais, a eficiência no uso de água e energia e a observância da origem ambientalmente regular dos materiais utilizados.

Subcontratação

4.10 - Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a fim de garantir maior controle, padronização e qualidade na entrega dos materiais de expediente, bem como a adequada fiscalização e responsabilização pelo fornecimento.

Garantia da contratação

4.11 - Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando as características do objeto a ser prestado e o valor da contratação.

Participação de consórcios ou cooperativas

4.12 - Não será admitida a participação de consórcios ou cooperativas, uma vez que o objeto da contratação consiste na aquisição de materiais de expediente, de natureza comum, padronizada e de baixa complexidade, com valor estimado reduzido, não demandando estrutura diferenciada, execução associada ou execução direta por cooperados, inexistindo vantagem técnica ou econômica para a Câmara.

Indicação de marcas ou modelos de referência

4.13 - Na pretensa contratação, a eventual indicação de marca, característica, material ou modelo em determinados itens (29, 53 e 54) tem caráter meramente referencial e técnico, sendo adotada exclusivamente como parâmetro de qualidade, compatibilidade e desempenho, com o objetivo de facilitar a descrição do objeto, tornar mais precisa a identificação dos bens e assegurar a adequada padronização operacional, em consonância com os equipamentos e os padrões mínimos de qualidade adotados pela Câmara. Tal indicação enquadra-se na exceção prevista no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não configurando direcionamento ou restrição à competitividade, sendo expressamente admitidos produtos tecnicamente equivalentes ou superiores.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - Os produtos deverão ser de primeira qualidade, em atendimento as especificações discriminadas neste documento e estar dentro dos padrões de aceitabilidade, observadas as normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e qualidade industrial. Todos os produtos devem estar acondicionados de acordo com a legislação vigente.

5.2 - Somente será permitido material novo (sem uso anterior) de acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, material defeituoso, fora do padrão ou de qualidade duvidosa.

5.3 - Caberá ao licitante vencedor responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação, e ainda arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros,



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

DAS CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

5.4 – Os produtos deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, localizada na **Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ**, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.

5.4.1 – A entrega dos produtos será de responsabilidade do fornecedor, que deverá observar rigorosamente as condições, quantidades, exigências e estimativas previstas no Termo de Referência, bem como atender integralmente à legislação aplicável quanto à qualidade, às especificações e à conformidade dos materiais fornecidos.

5.5 - A entrega dos produtos deverá ser efetuada de forma integral, em parcela ÚNICA, TOTAL e IMEDIATA, de acordo com o Termo de Fornecimento, não sendo permitida a sua entrega parcial.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.6 - A solicitação formal de aquisição de itens do objeto será feita mediante a entrega da Nota de Empenho e do Termo de Fornecimento a ser emitido pela Diretoria de Estoque à CONTRATADA.

5.7 - O prazo de fornecimento dos produtos será de 15 (quinze) dias úteis e começará a contar da data indicada no Termo de Fornecimento, a ser emitido pela Diretoria de Estoque da Câmara.

5.7.1 - A CONTRATADA terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para acusar o recebimento do Termo de Fornecimento.

DA VALIDADE DOS PRODUTOS

5.8 - O prazo de garantia dos materiais observará o disposto na Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

DOS RÓTULOS

5.9 - Os rótulos servirão de objeto de análise, quando cabível, a fim de receber formalmente os itens.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

DO CONTRATO:

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.1 - O instrumento contratual será substituído pela nota de empenho ou instrumento equivalente emitido em favor da Fornecedora.

6.2 - A Câmara fiscalizará a execução do contrato, em todas as suas fases, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar o trabalho de equipe encarregada pela fiscalização, prestando-lhe informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

6.3 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Câmara ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Câmara dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

6.4 - A Câmara se reserva o direito de recusar toda e qualquer forma de fornecimento que não atenda às especificações deste Termo de Referência ou do Edital e seus Anexos.

6.4.1 - Em caso de manifestação de desistência da CONTRATADA, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

6.4.2 - A eventual rescisão se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, não cabendo, à CONTRATADA, direito a qualquer indenização.

DAS ALTERAÇÕES

6.5 – O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões nos limites previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.6 - A gestão do objeto a que se refere o presente Termo de Referência será executada sob a direção e responsabilidade do Sr. **THIAGO FABIANO JARDIM MAURINO**, servidor designado pela Câmara.

6.6.1 – A fiscalização será executada pelo Sr. **CLEITON PORTO TEÓFILO**, servidor designado pela Câmara, que fiscalizará observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, entre outras providências:

- a) Sustar, no todo ou em parte, o fornecimento, sempre que a medida for considerada necessária;
- b) Recusar qualquer objeto que não atenda às especificações contidas no Contrato;
- c) Solicitar a imediata substituição dos objetos que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.7 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da CONTRATADA o fiscal do contrato deverá de imediato comunicar por escrito ao Gestor do Contrato, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

6.8 - Serão atividades inerentes à Fiscalização:

- a) Manter sob sua guarda o processo de contratação, durante toda a vigência do contrato, observando e controlando o prazo de sua vigência.
- b) Providenciar solução junto à CONTRATADA de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- c) Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- d) Apresentar, quando solicitado pelo Gestor, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;



- e) Manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual;
- f) Propor medidas que melhorem à execução do contrato;
- g) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega dos mesmos e de tudo dar ciência à CONTRATADA, para a fiel execução do objeto durante toda a vigência do Contrato;
- h) Sustar, recusar o fornecimento, que esteja em desacordo com as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições do objeto em desconformidade com o solicitado;
- i) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal Eletrônica enviada pela CONTRATADA;
- j) Encaminhar para autorização do Ordenador de Despesa e posterior liquidação e pagamento.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

DO RECEBIMENTO

7.1 - Os materiais serão recebidos PROVISORIAMENTE, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo servidor responsável pela fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 - O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo.

7.2.1 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4 - O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Câmara durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5 - Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação por escrito (via *WhatsApp* ou e-mail), às suas custas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, mantendo-se o preço inicialmente contratado, sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação e neste Termo de Referência, se não ocorrer a substituição ou correção.

7.5.1. O prazo de troca pode ser prorrogado desde que não ultrapasse a 05 (cinco) dias úteis e que seja devidamente justificado.

7.6- O aceite/aprovação dos produtos pela CÂMARA não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.



DA FORMA DE PAGAMENTO

7.7 - O pagamento será efetuado em moeda corrente do País, pela Tesouraria da Câmara, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, da data final do período de adimplemento da obrigação.

7.7.1 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário ou transferência na conta corrente da CONTRATADA, conforme informações apresentadas pela mesma.

7.7.2 - Será considerado adimplemento, a data em que o Fiscal do Contrato, der o RECEBIMENTO do material ou serviço especificado na respectiva Ordem de Início.

7.7.3 - Será solicitada a emissão de nota fiscal eletrônica, após a concretização do fornecimento, que será entregue ao Fiscal do Contrato e posteriormente encaminhada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do RECEBIMENTO, a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, isenta de erros que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da CÂMARA, que não o ordenador da despesa e posteriormente encaminhada para pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.7.4 - A CONTRATADA deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o serviço evidenciado no Termo de Autorização de Fornecimento.

7.7.5 - A Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, emitida pela CONTRATADA deverá conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

7.7.6 - As retenções mencionadas acima serão recolhidas no momento do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, após ser atestada e liquidada, aos cofres municipais, nos termos da lei.

7.7.7 - O pagamento não será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

7.7.8 - O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidade, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;

II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

7.7.9 - O pagamento à CONTRATADA será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Fornecimento, discriminando no requerimento, o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações (marca/modelo), quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da Câmara, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em **até 15 (quinze) dias úteis**, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

7.7.10 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Câmara.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na modalidade ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que será exclusiva para ME/EPP/MEI.

8.2 - O critério de julgamento será o MENOR PREÇO POR LOTE.

8.3 - O objeto será fornecido em LOTE ÚNICO, com **entrega única**, conforme condições e prazos estabelecidos, por se tratar da forma mais vantajosa para a Câmara.

8.4 - Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.5 - Na proposta de preço deverão estar incluídos todos os custos e despesas necessários ao fornecimento dos materiais, tais como tributos, frete, seguros, encargos e quaisquer outros ônus incidentes.

8.6 - Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá comprovar habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, na forma prevista no Edital e em conformidade com a legislação vigente.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/21)

9.1 - Os valores estimados resultam de pesquisa de preços efetuada de forma a atender a legalidade e aos princípios de economicidade e vantajosidade, obtendo como produto os preços máximos para licitar referentes aos itens deste objeto. É importante ressaltar que os critérios adotados nesta pesquisa encontram-se em conformidade com aqueles estabelecidos no decreto 3335/2023 e na Lei 14.133/2021, chegando dessa forma ao preço referencial para licitar que atende aos parâmetros de mercado.

9.2 - A pesquisa de preços mercadológica será realizada pela Diretoria de Suprimentos da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, com vistas ao ajuste do preço, que irá constar de Anexo a este Termo de Referência, para efeitos de classificação e contratação.

10 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

10.1 - Os recursos necessários para realização das despesas com a eventual prestação de serviço correrão a conta da previsão orçamentária da Câmara para o exercício de 2026, a saber no Programa de Trabalho 01.031.0200.2903 e no Elemento de Despesa 3.3.90.30.99.00.00 – Outros Materiais de Consumo.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

11.1.1 - Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega para representá-lo na execução do Contrato.

11.1.1.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Câmara, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Câmara, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.6 - Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.7 - Manter a regularidade junto ao SICAF.

11.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede da CONTRATADA, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Câmara e não poderá onerar o objeto do Contrato.

11.1.9 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

11.1.10 - Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pela Câmara ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.1.11 - Paralisar, por determinação da Câmara, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

11.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.14 - Submeter previamente, por escrito, a Câmara, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do serviço, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.

11.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.1.16 - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

11.1.17 - Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).

11.1.17.1 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

11.1.18 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

11.1.19 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.20 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Câmara.

11.1.21 - Executar o objeto da contratação, de acordo com este Termo de Referência e com as normas e especificações técnicas.

12 - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

12.1 - São obrigações da Câmara:



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

12.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos.

12.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.

12.1.3 - Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

12.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

12.1.5 - Comunicar a CONTRATADA para que emita Nota Fiscal Eletrônica relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.6 - Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

12.1.7 - Aplicar a CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

12.1.8 - Dar ciência à Procuradoria Jurídica para as providências com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

12.1.9 - Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1 - A Câmara terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.1.10 - Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.

12.1.11 - A Câmara não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.1.12 - O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios da CONTRATADA e a Câmara.

13 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.3 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.4 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.5 - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao fornecedor, licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto a Câmara.

13.6 - O Fornecedor, Licitante ou Contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto a Câmara e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.7 - A Câmara deverá remeter o extrato do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para a publicação no Diário Oficial do Município, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.8 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Diretoria de Controle Interno da Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

14 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

14.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

14.6 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 - A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 - A Câmara poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pela Câmara, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15 – DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

O Termo de Referência foi elaborado pela Comissão de Planejamento, nomeada pela Portaria 055/2025, composta pelos seguintes servidores: Cláudia da Conceição Joaquim, mat. 001/PL; Cleiton Porto Teófilo, mat. 017/PL, Felipe Paschoal Linhares, mat. 643 e Patrícia Pereira Bentes de Barros, mat. 017/PL.